

VALOR-TRABALHO E TEORIA SOCIAL¹

HENRIQUE AMORIM²

Inicialmente, é importante lembrar que o debate sobre o trabalho imaterial e sobre o “fim da lei do valor” tem localização, pelo menos em seu nascedouro, específica. Pesquisadores europeus e estadunidenses são os primeiros a enfrentar tais questões, propondo, sobretudo, o fim do “paradigma produtivo” e sua substituição por uma análise que teria seu foco na sociedade civil com base, por exemplo, no agir comunicativo (Habermas, 1987). A diversidade cultural e a reorganização da produção teriam deslocado o eixo de determinação social da produção para o consumo de mercadorias, abrindo um conjunto de novos fenômenos sociais: ações coletivas, organizações políticas e práticas sociais, fora da indústria estrito senso.

Nas entrelinhas, pressupõe-se que as sociedades européias e a estadunidense teriam se desenvolvido até 1970 tendo seu eixo de sociabilidade a indústria. Não obstante, a partir desse período o eixo se deslocaria e, com isso, teria sido imposta a necessidade da constituição de novas teorias que dessem conta desse universo diverso da indústria.

Nesse sentido, fatores diversos influenciaram a crítica da teoria do valor-trabalho. Esquemáticamente esses fatores podem ser divididos com base em uma frente histórica e outra teórica. A primeira delas se manifestou em decorrência do colapso de *Bretton Woods* e da crescente intervenção dos Estados nas políticas salariais, das crises do petróleo, do enfraquecimento progressivo das políticas de intervenção estatal de tipo keynesiano, da reestruturação produtiva (com relativa diminuição dos postos de trabalho na indústria dado pelo processo de automação, sobretudo, na Europa, Estados Unidos e Japão), do desenvolvimento do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Europa (já no fim da década de 1970 e início da década de 1980) e de sua nova política de regulamentação das leis de (des)proteção ao trabalhador.

Em relação ao plano teórico podemos destacar a emergência da *teoria da virada cultural*, centrada na indicação da substituição de uma racionalidade econômica por uma racionalidade hedonista – fruto, sobretudo, da prosperidade dos países europeus sob o Estado de bem-estar social (Inglehart, 1997); das *teorias dos novos movimentos sociais* (Touraine, 1989; Offe, 1994) que vislumbrou uma diversidade de processos de sociabilização alheios ao universo do trabalho; e da *teoria da sociedade pós-industrial* que pressupôs a nova sociedade, pós-industrial, como uma sociedade caracterizada pela produção de conhecimento em substituição aos bens materiais e por valores pós-materialistas opostos aqueles das conjunturas precedentes ancorados na economia e na indústria, baseando-se, portanto, na produção de serviços (Bell, 1977).³

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio da Fapesp e do CNPq.

² Professor de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Guarulhos). Publicou os livros: *Valor-trabalho e Imaterialidade da Produção nas Sociedades Contemporâneas*. Buenos Aires: CLACSO, 2012; *Trabalho Imaterial: Marx e o Debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2009; e *Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. Email: henriqueamorim@hotmail.com

³ Curioso notar que as teses européias e estadunidenses sobre a sociedade do conhecimento, pós-industrial ou de serviços chegam ao Brasil antes mesmo do país passar pelo processo de reestruturação produtiva. Já se falava no Brasil em novos movimentos sociais, sociedade pós-industrial e mudança do eixo analítico da indústria para a sociedade civil (Cardoso, 1982) em um contexto no qual os “antigos” ou “tradicionais” movimentos sociais (sindicatos e partidos) estavam em forte ascensão política como demonstram as greves de 1978-80 no ABC em São Paulo, a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a campanha das *diretas já* e o processo de democratização política na década de 1980. Sobre as greves do ABC, ver, por exemplo: Antunes (1992); e Rodrigues (1997). Nesse sentido, as teses contrárias à teoria das classes e à teoria do valor-trabalho pareciam estar fora do lugar. O debate em relação ao imaterial tem um sentido muito próximo na medida em que a dimensão de uma sociedade capitalista dita cognitiva e o trabalho imaterial, como força produtiva central, ganham força entre os pesquisadores brasileiros antes mesmo da expansão do trabalho informacional no Brasil. Tais teses são incorporadas sem nenhuma relativização, sobretudo, quando se discute uma sociedade muito diferente daquelas da

Nesse contexto, as teses de Marx e, em particular, a teoria do valor-trabalho passaram a ser criticadas. Fundamentalmente, a consideração geral relaciona a teoria do valor-trabalho ao industrialismo⁴, isto é, a teoria do valor-trabalho seria válida apenas para o contexto do período taylorfordista. Com o anúncio do fim do período industrial e da ascensão do setor de serviços, a teoria do valor-trabalho foi qualificada como uma teoria obsoleta.

Contudo, a partir do final dos 1990, com a crescente utilização de trabalhos nos quais predominariam atividades não manuais, a teoria do valor-trabalho é retomada, sobretudo, em análises que discutiam a produção e o trabalho imaterial e as novas tecnologias da informação.

Essa retomada vincula-se contemporaneamente a dois grandes pilares teóricos. O primeiro está situado no processo de transformação tecnológica da produção industrial, e também do setor de serviços, da diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias e da participação humana em atividades ligadas a áreas tecnológicas mais desenvolvidas. O segundo, e como consequência do primeiro, relaciona-se ao crescimento do trabalho de tipo imaterial como força produtiva central.

A tese central é a de que haveria um distanciamento das novas formas de trabalho (imaterial/informacional/cognitivo)⁵ em relação às atividades de constituição física dos objetos produzidos. O trabalho que tem como matéria-prima as capacidades cognitivas não poderia ser analisado pelo mesmo estatuto teórico daqueles trabalhos que tem como matéria-prima a produção material (no sentido físico do termo). Em resumo, a alusão de Marx ao homem transformando a natureza é confinada, apenas e tão somente, à ideia de natureza como conjunto de objetos físicos.⁶

Como desdobramento dessa leitura, a produção imaterial, como forma condensada de produção na qual predominariam as “capacidades intelectuais” da força de trabalho: o conhecimento e a ciência, restringe a teoria do valor-trabalho a uma teoria da produção e da produtividade *física* das coisas. Se a teoria do valor de Marx é uma teoria que observa o processo de valorização apenas sob a marca da transformação física da natureza, como seria possível mensurar o tempo de trabalho necessário à produção imaterial? Sendo essa mensuração impossível, a teoria do valor perderia sua validade teórico-analítica? Seria o trabalho abstrato uma ficção já que não possui uma natureza física? Ou ele sintetizaria a forma acabada das relações sociais capitalistas?

Tenho, nesse sentido, como objetivo, primeiramente, indicar que as teses sobre o trabalho imaterial e a teoria do valor são uma tentativa de atualização/ruptura com a análise de Marx. Em segundo lugar, saliento que a distinção entre trabalho material e imaterial não faz parte da forma como Marx desenvolve sua crítica à produção capitalista, ou seja, ao separar trabalho material de imaterial a teoria social, que trata do tema, criaria um falso problema.⁷

A teoria social contemporânea que analisa o tema do trabalho imaterial e da teoria do valor-trabalho anuncia os *conteúdos* dos trabalhos materiais e imateriais como políticos; eles carregariam consigo elementos antagônicos à ordenação social capitalista, caracterizando a constituição de uma política transformadora. Essa tese advém de uma leitura sobre os conteúdos e significado dos trabalhos segundo a qual a informação, por exemplo, somente conseguiria adquirir valor no momento em que

Europa e Estados Unidos, ou seja, se configura um traço eurocêntrico nas análises que discutem a questão da produção imaterial tanto na Europa (Antunes, 2008), como sua incorporação indistinta realizada pela sociologia brasileira.

⁴ Na prática, uma das formas de crítica à teoria marxista foi defini-la como uma teoria do *industrialismo*. Se este último havia sido superado por novas e mais eficazes formas de produção, que faziam desenvolver a subjetividade do trabalhador e ainda mantinham as bases da produção capitalista, a teoria que dava sustentação ao “velho” embate entre classes sociais deveria ser considerada, no mínimo, uma teoria anacrônica ou ultrapassada. Ver: (Gorz, 1987).

⁵ Sobre a ideia de trabalho cognitivo e de capitalismo cognitivo, ver: Moulner-Boutang (2007).

⁶ A referência central nesse caso são os *Grundrisse* (2002) de Marx. Mesmo que tentando superar a análise de Marx, essas teses parem da indicação de uma substituição de trabalho vivo por ciência e tecnologia que estaria presente nos *Grundrisse*.

⁷ Ver também: Amorim (2012 & 2010).

fosse, na produção imaterial reorganizada, isto é, no momento em que fosse incorporada pelo produtor-consumidor.

A ideia central seria a de que hoje o capital teria criado um problema sem solução. Ele passou, outra vez — como nos tempos dos mestres de ofício⁸ — a depender do trabalhador, do saber-fazer do trabalhador. O problema se colocaria, com isso, nos termos de uma dependência do capital em relação aos trabalhadores informacionais. O capital não poderia mais controlar os trabalhos imateriais, já que estes seriam, como sugeriu erroneamente Gorz (2007), “livres por natureza”: a imaterialidade do trabalho foi, assim, considerada inapreensível.

É com base nessa “nova” forma de compreensão do trabalho que se situa a discussão da retomada da teoria do valor-trabalho. Tempo de trabalho, qualificação profissional, atividades cognitivas, utilidade, caráter produtivo ou improdutivo do trabalho, imaterialidade, quantidade-qualidade, domínio e controle da produção são elementos de um debate que se situa direta ou indiretamente sob a rubrica da teoria do valor-trabalho, ou pelo menos de como ela é recuperada pela teoria social na atualidade.⁹

Gostaria de finalizar indicando dois esclarecimentos que me parecem ausentes das considerações realizadas pelo escopo desse debate. O primeiro deles está relacionado à forma como Marx encaminha a relação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Essa relação acabou por motivar, no seio dos partidos comunistas no século XX e da teoria social influenciada por eles, classificações arbitrárias sobre quem pertenceria ou não a uma determinada classe, sobre quais seriam os setores da classe mais habitados a cumprir o papel e sujeito da revolução socialista, quais seriam mais adequados a ascenderem a uma suposta consciência de classe ou a triunfar em sua “missão histórica” de superação da sociedade capitalista. O segundo ponto está relacionado à questão da materialidade. Creio que a literatura marxista ortodoxa valeu-se de parâmetros físicos para compreender o que seria material ou não material na produção e no trabalho.

Por conseguinte, as teses que constituídas a partir dos anos 1970 em torno da ideia de superação do paradigma produtivo, acaba por responder a um falso problema. Ela parece ter sido, portanto, constituída em sinal inverso às teses do marxismo ortodoxo até então. Nesse sentido, reproduz-se uma oposição teoricamente indevida e não dialética entre material e imaterial como eixo explicativo de todo debate nos anos que se seguem. Uma oposição que parece, de um lado, estar presente em dicotomias enrijecidas como as de trabalho produtivo e improdutivo, de trabalho intelectual e manual, de classe operária e classe trabalhadora na análise marxista e, de outro, que figuram nos termos do trabalho cognitivo e trabalho manual, da sociedade do conhecimento e sociedade industrial, do capital imaterial e capital material em análises chamadas pós-modernas.

É importante dizer que a divisão conceitual entre trabalho intelectual e trabalho manual mais oculta que esclarece a compreensão das novas formas de trabalho. A relação central na teoria de Marx sobre o processo de valorização do capital se dá entre valor de uso e valor de troca. Os conceitos de trabalho manual e trabalho intelectual ou mesmo de trabalho produtivo e trabalho improdutivo devem ser examinados sempre com referência à relação entre valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e abstrato.

A constituição do valor de troca e, posteriormente, do dinheiro como equivalente geral e mercadoria específica são os elementos que constituem a base do raciocínio de Marx sobre o processo de exploração do trabalho com o objetivo de ampliação da mais-valia relativa com base na redução do tempo de trabalho necessário e aumento da produtividade.¹⁰

⁸ Discuto criticamente o tema dos trabalhadores de ofício como trabalhadores plenos em: Amorim (2006).

⁹ Sobre a diferença entre adestramento e qualificação profissional, ver: Dias (1997); e sobre a questão das qualificações no universo do trabalho imaterial, ver: Amorim (2011; 2010).

¹⁰ Há, portanto, uma tendência de redução das formas de trabalho nas quais predominam as atividades de concepção. A análise histórica da passagem da manufatura à maquinaria caracterizou para Marx uma redução das formas de intervenção do trabalhador em relação ao *como* produzir. Em tendência é possível, assim, concordar com Marx que a divisão do trabalho

O trabalho abstrato é caracterizado, dessa forma, como um trabalho em geral que expressa diferentes quantidades de valores de troca das mercadorias, tornando-as socialmente intercambiáveis, tornando-se, portanto, um regulador das trocas de mercadorias distintas, isto é, com diferentes quantidades de tempo médio socialmente necessário para a sua produção.¹¹

Se a relação social central nas sociedades capitalistas fundamenta-se pela produção de mercadorias e essas mercadorias se constituem pela relação de exploração baseada na extração de mais trabalho, produtivo é todo aquele trabalho ou coletivo de trabalho que esteja subordinado a essa relação, que tem como objetivo reproduzir as relações sociais que dão base à produção de valores de troca¹². É possível, ademais, admitirmos que o núcleo de extração de mais trabalho ainda hoje esteja vinculado à produção fabril. No entanto, isso não indica que é a produção de coisas físicas seja a única a produzir sobretrabalho.

Não há, assim, diferença conceitual entre a produção material ou imaterial. Essa dicotomia, na análise que Marx realiza da produção de mercadorias e do valor-trabalho, seria um falso problema. A produção de mais-valia, ou mais valor, não é caracterizada pela relação de transformação *física* dos objetos trabalhados. A teoria de Marx evidencia um conjunto específico de relações sociais que tem por característica central a produção de mercadorias sob um objetivo particular. O objetivo da produção capitalista, é bom que se frise, não é produzir valor, mas sim produzir um número maior de mercadorias em um tempo cada vez mais reduzido.

O valor-trabalho deve, então, ser considerado como um desdobramento das atividades e das relações sociais que engendram a produção capitalista. A discussão sobre a materialidade e a imaterialidade do trabalho pode ser relacionada muito mais à especificidade da produção capitalista, ou seja, ao objetivo de valorização do capital baseado na ampliação das mercadorias produzidas. Isto é, quanto maior a produção (em um tempo menor), maior será a mais-valia relativa constitutiva do conjunto de mercadorias. Não está caracterizado se essa mais-valia extraída é fruto da exploração de trabalho material ou imaterial nos termos de natureza física ou abstrata das coisas.

Não importa, desse modo, se estamos falando da produção de uma mercadoria conhecimento ou de uma mercadoria máquina, pelo contrário, o importante é analisar como, em que condições, sob que tipo de empreendimento, em que encontro de relações sociais o conhecimento e a máquina foram produzidos. Em termos gerais, ambos podem ter sido produzidos na forma de uma mercadoria capitalista: redução do tempo global de produção com aumento de produtividade, gerando com isso uma diferença para cima entre o capital inicial e o final, informada pelo pagamento de um salário que não expressa o tempo total gasto na produção.

A diferença que se pode estabelecer desse ponto de vista está na relação com o trabalho concreto, ou seja, material e imaterial podem ser reconhecidos como parte do trabalho concreto. É possível diferenciar, portanto, o trabalho do programador de software do operário na linha de produção; do professor do cortador de cana-de-açúcar. No entanto, do ponto de vista da produção capitalista (produção de uma quantidade maior de mercadorias em menor tempo) não há sentido em indicar outro tipo de trabalho. Trata-se globalmente de trabalho abstrato.

acentua progressivamente a subordinação do trabalhador em relação ao meio de trabalho dominado pelo capital. Mesmo que as relações de produção já estejam consolidadas na manufatura, a forma típica de produção que permite o desenvolvimento da extração de mais-valia é a maquinaria.¹⁰ Nestes termos, é possível ler a história da produção capitalista como aquela da progressiva submissão do trabalhador à necessidade do capital em diminuir o tempo de trabalho necessário. No entanto, realizar uma divisão absoluta entre trabalho manual e trabalho intelectual pressupõe a completa e irrestrita subordinação dos subordinados e, com isso, a impossibilidade lógica destes recriarem suas condições de vida individual e coletiva caracterizando, assim, também a impossibilidade relacional de sua atividade profissional, produtiva e política.

¹¹ A mensuração do tempo médio de trabalho não está vinculada a uma equação matemática. Não se trata de uma média aritmética que possibilite precisar a relação entre o tempo gasto na produção e a energia do trabalhador, mas apenas a quantidade de mercadorias produzidas.

¹² “(...) *Le fait, pour le travail, d’être productif n’a absolument rien à voir avec le contenu déterminé du travail, son utilité particulière ou valeur d’usage particulière dans laquelle il se matérialise.*” (Marx, 1968: 393).

Importante salientar que a exploração do trabalho hoje possibilita ao capital restringir os saberes empíricos constituídos pelos coletivos de trabalhadores ao circunscrevê-los à racionalidade da produção de mercadorias, de submeter a capacidade intelectual dos coletivos de trabalho à lógica do mercado e à lógica produtivista da expansão dos valores de troca. Trata-se de um processo de expansão do capital e de seus domínios em relação ao período taylor-fordista, no qual a organização sindical e partidária das classes trabalhadoras prescrevia certos limites aos interesses capitalistas, mesmo que não rompesse com a estrutura de produção de mais-valia, de lucro e de expansão do capital.

O trabalho na sua forma imediata abriu, nesse sentido, espaço para formas mediatas da atividade produtiva, estruturando-se, e é por isso que eles conservam a caracterização do trabalho como central, uma expressão metamorfoseada do valor-trabalho. A forma do valor tornar-se também a forma do valor trabalho intelectual-abstrato, ou seja, as formas de “intelectualização” da força de trabalho poderiam, assim, ser entendidas como mais uma forma de valorização do capital. Flexibilidade, rapidez de deslocamento, autotransformação permanente, caracterizam-se e se auto-valorizam com base na incorporação constante de informação, de conhecimento retido como valor de troca (Tosel, 1994). Qualificação, matéria-prima, ferramentas, máquinas, informações, softwares, etc. etc. são o resultado de relações sociais específicas. Todos eles são constituídos por relações de exploração e dominação sociais determinadas no terreno da estrutura social, isto é, das relações de classe.

Em outros termos, o capital aprofundou nas sociedades capitalistas contemporâneas a lógica de exploração do trabalho. Às técnicas de produção taylor-fordista foram somadas novas formas de persuasão que se estruturam, por exemplo, pela ideologia de que o trabalhador é um parceiro e, como tal, deveria incorporar o “espírito” da empresa capitalista. A “subjetividade” do trabalhador é, assim, reclamada pelo capital e colocada a seu serviço. O capital aprendeu a controlar as formas de trabalho com predomínio de tarefas de concepção. Aprofundou sua dominação política e econômica na produção quando passou a utilizar mais adequadamente as capacidades intelectuais do trabalhador.

Como desdobramento, não há lógica afirmar que a transformação das forças produtivas (cognitiva, científica ou tecnológica) impõe o “fim da lei do valor”. Tais forças produtivas, em última instância, são expressão de relações sociais de produção cristalizadas¹³ e com tal reproduzem a lógica de valorização do capital. A materialidade, em outros termos, é dada pelo conjunto de relações sociais estabelecidas e não pela fisicidade dos elementos ativos em um processo de trabalho. Falar em materialismo (histórico), portanto, não é simplesmente indicar o caráter tangível das coisas. Trata-se, na prática, de reconhecer as relações efetivas que constituem nossa existência sob um determinado conjunto de relações sociais.

A diferenciação entre material e imaterial não se relaciona, nestes termos, ao valor de troca, ao trabalho abstrato, mas sim ao valor de uso, ao trabalho concreto. Dessa forma, só faz sentido diferenciar a materialidade e a imaterialidade do trabalho quanto ao conteúdo do trabalho e não quanto à produção do valor de troca, já que ele continua determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias distintas. Em resumo, material ou imaterial, a valorização do capital tem fundamento na relação de troca entre mercadorias, isto é, em sua forma e não no conteúdo do trabalho empregado.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Henrique (2012). Valor-trabalho e Imaterialidade da Produção nas Sociedades Contemporâneas. Buenos Aires: Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO), p. 72.

¹³ Para Bihr (2001, p. 57, tomo I), “(...) As forças produtivas constituem em conjunto o conteúdo ao mesmo tempo material e social das relações de produção.”. Sobre a questão da materialização de relações de produção em forças produtivas, ver: Magaline (1977),

_____ (2011). As qualificações profissionais na produção imaterial. In: Souza, José Trabalho, Qualificação e Políticas Públicas (p. 34-51). Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj.

_____ (2011a). Clases sociales y trabajo inmaterial. Herramienta (Buenos Aires), (8). Em 05/08/2011: <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-8/clases-sociales-y-trabajo-inmaterial>

_____ (2010). Trabalho imaterial, classe social e qualificações profissionais In: Souza, José. Trabalho, Educação e Sociabilidade (p. 159-172). Maringá: Práxis.

_____ (2009). Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume.

ANTUNES, Ricardo (1999). Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

_____ (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 83, 19-34.

_____ (1992). A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista (as greves de 1978/80). São Paulo: Editora da Unicamp.

ARTOUS, Antoine (2003). Travail et Émancipation Sociale: Marx et le travail. Paris: Éditions Syllepse.

BARBROOK, Richard (2000). Le Cyber-communisme: ou le dépassement du capitalisme dans le cyberspace. Multitudes, 02, 186-199.

BELL, Daniel (1997). O Advento da Sociedade Pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix.

BIHR, Alain. (2001). La Reproduction du Capital. Prolégomènes à une théorie générale du capitalisme. Paris: Editions Page Deux.

BRAVERMAN, Harry. (1980). Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Zahar.

DIAS, Edmundo Fernandes (1997). A liberdade (im)possível na ordem do capital: Reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/Unicamp.

DURKHEIM, Émile (1973). De la Division del Trabajo Social. Argentina: Schapire.

FAUSTO, Ruy (1989). “A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)”. Lua Nova, 19, 47-67.

GOHN, Maria da Glória (2006). Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

GORZ, André (2005). O Imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume.

- _____ (1987). *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.
- HABERMAS, Jürgen (1987). *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus.
- INGLEHART, Ronald (1997). *Modernization and Postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- LAZZARATO, Maurizio (1993/2). *Le cycle de la production immatériel*. *Futur Antérieur*, 16, 114.
- _____. (1992/2). *Le concept de travail immatériel: la grande entreprise*. *Futur Antérieur*, 10: 54-61.
- LOJKINE, Jean (2007). *O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado*. *Critica Marxista*, 25.
- LÉVY, Pierre (1993). *As Tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- MAGALINE, A. D. (1977). *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa: Moraes.
- MARCUSE, Herbert (1969). *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl (1988). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____ (1980). *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (- Grundrisse/Borrador)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores.
- _____ (1968). *Matériaux pour l'économie (Théories de la plus-value), 1861-1865*. In: *Oeuvres*. Paris: Gallimard/La Pleiade, tome II.
- MOULIER-BOUTANG, Yann (2007). *Le Capitalisme Cognitif: La nouvelle grande transformation*. Paris: Éditions Amsterdam.
- NEGRI, Toni (2004). *De l'avenir de la démocratie (débat avec Olivier Mongin)*. *Alternatives Internationales*. Paris, n. 18, 44.
- NICOLAS-LE-STRAT, Pascal (1996/2). *Travail e constitution du sens à propos d'André Gorz*. *Futur Antérieur*, 35-36, 101-109.
- OFFE, Claus (1994). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO, Eleutério (2004). *Uma crítica à economia política do imaterial*. *Outubro*, 2004, 11: 45-70.
- RODRIGUES, Iram Jácome (1997). *Sindicalismo e política — a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta/FAPESP, 1997.
- TOSEL, André (1994). *Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus*. In: Bidet, Jacques & Texier, Jacques (orgs.), *La Crise du Travail*, Paris, PUF.

TOURAINÉ, Alain (1989). Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, 5-18.

VINCENT, Jean-Marie (1993). Les Automatismes Sociaux et le 'général intellect'. *Futur Antérieur*, 16, p. 121-130.